

TERESA SABUGOSA

**VIVA A REPÚBLICA!
VIVA O REI!**

Cartas inéditas de Agostinho da Silva

Zéfiro

LISBOA, 2006

O NACIONALISMO MONÁRQUICO DE AGOSTINHO DA SILVA

I. Sendo certo que Agostinho da Silva é, em termos políticos, difícil de classificar, também não deixa de ser verdade, que desde muito novo soube manter acesa a veia monárquica que herdou de seu pai. Para fundamentar esta tese bastaria lembrar a sua obsessão pelo reinado de D. Dinis como modelo do Portugal futuro. Mesmo assim, os republicanos racionalistas e laicos, poderiam contra argumentar que o modelo de governação ao tempo de D. Dinis, poderia ser transposto para uma organização do Estado que não fosse monárquica, já que o próprio Agostinho interpretou nesse sentido as presidências abertas iniciadas pelo republicano Mário Soares: «...Realeza Aberta [...] Presidência Aberta [...] No fundo, esta até era muito idêntica àquela que o rei fazia. O rei percorria o País, falava com este ou aquele, recolhia opiniões e tentava coordenar tudo aquilo. Quando isso não lhe parecia suficiente, reunia [D. Dinis] as Cortes Gerais, e vinham os representantes dos municípios, dos

nobres e do clero...»¹. É claro que Soares, como Agostinho bem sabia, ao tempo que foi Presidente da República de Portugal não podia decidir coisa nenhuma, porque, efectivamente, estava impedido constitucionalmente de exercer o poder executivo, o que não acontecia com o Rei D. Dinis quando visitava o país. Contudo, ficava o exemplo.

Nas linhas que se seguem, mostrarei, com o recurso aos textos que Agostinho da Silva nos deixou e a alguns aspectos da sua acção, que a aproximação ao ideário monárquico está presente em todas as fases da sua vida, contrariando as interpretações que centralizam na sua juventude a simpatia mostrada pela monarquia, época em que atravessou períodos de clara oposição à ordem instituída, contestando a organização da democracia republicana por lhe parecer que, ao contrário do que pensavam aqueles que a defendiam, não se adequava aos interesses de Portugal.²

II. Não restam dúvidas de que Agostinho da Silva, na fase da formação académica foi um defensor do patriotismo nacionalista, regenerador e integralista de linha monárquica. Esta atitude deve-se, em meu entender, a duas ordens de razões que se interpenetram: primeiro, à influência do seu professor de literatura portuguesa no Liceu Rodrigues de Freitas e posteriormente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Augusto César Pires de Lima, bem como ao exemplo do seu pai, apoiante confesso da monarquia, que foi demitido da função pública, em 1919, após o esmagamento do movi-

¹ Agostinho da Silva, *A última conversa - Agostinho da Silva (entrevista a Luís Machado)*, Lisboa, Ed. Notícias, 1996, pp. 44-45.

² Cf. Domingues, Joaquim, in AA. VV., *Agostinho da Silva e o pensamento luso-brasileiro*, Lisboa, Âncora, 2006, pp. 117-126.

mento da *Monarquia do Norte*; segundo, em consequência das anteriores razões sentimentais, Agostinho colaborou com a *Acção Académica* e *Ide'a Nacional*, publicações de orientação monárquica, esclarecendo, em entrevista ao jornal *A Voz*, durante os últimos anos da década de vinte do século findo, de forma inequívoca, a sua maneira de pensar: «Vejo a obra dessa academia de ontem, os homens de hoje – ruínas e ruínas. O seu ideal foi a destruição de tudo aquilo em que a Pátria poderia encontrar alentos para a sua renascença. Atacaram com rijeza a fé, transformaram a História de Portugal numa galeria de criminosos célebres, alcunharam de tarado um D. João III, um D. Sebastião, entretiveram-se a ridicularizar um D. João VI, notando como crime infamante a sua retirada para o Brasil [...]. Pregaram ideias para que o povo não estava preparado e que apenas poderiam produzir os actos de banditismo a que a cada passo estamos assistindo.»³ O conteúdo da referida entrevista agradou tanto aos responsáveis monárquicos, que a publicação *Ide'a Nacional* na edição de 25 de Maio de 1927, na página 1, imprimiu um resumo da mesma, apresentando Agostinho como *Prezado Colaborador*. A este empenho com as publicações monárquicas, temos ainda que juntar as linhas orientadoras que quis imprimir ao jornal da Academia portuense *Pôrto Académico*, quando passou a ser o seu Director.

Em artigo que se pode considerar como uma espécie de orientação programática para a publicação da Academia que passava a dirigir, pese embora não estar assinado, não restam dúvidas de que foi redigido por aquele que passava a ser o seu Director, Agostinho da Silva, onde defendeu como linha orientadora do jornal a pluralidade de ideias e opiniões «...de monárquicos ou de repu-

³ Agostinho da Silva, "O pensamento académico (entrevista a Bento Caldas)", in *A Voz*, 24-05-1927, p. 3.

blicanos, de comunistas ou de integralistas».¹ A seguir continuou a exposição dos argumentos, afirmando que para escrever no jornal não se poderia fazer dele o palco de discussão de ideias políticas: «O nosso 'modus vivendi' será, pois, o de aceitar a colaboração de estudantes de tôdas as côres políticas desde que de política não traquem e sòmente tenham em vista aumentar o prestígio da Academia, mostrando ao país o que ela vale e dando-lhe conhecimento da preparação intelectual e moral dos seus dirigentes de amanhã.»² O que, convenhamos, era pouco para uma publicação dirigida aos jovens estudantes que tantas vezes se manifestavam contra as orientações políticas que orientavam a Academia e o país. Se o conteúdo deste texto é pacificador, o mesmo já não se pode dizer da interpretação que Agostinho fez dele em entrevista a Bento Caldas, onde assumiu a orientação nacionalista do *Pôrto Académico*, propondo-se alterar os seus estatutos que não permitiam que nas suas páginas se expressassem ideias políticas e religiosas, vendo-se por isso «...forçado, por falta de matéria prima [...] a dar-lhe um aspecto completamente e sòmente nacionalista».³ Agostinho quando o jornalista o questionou sobre a veracidade da ideia comum que considerava os alunos da Faculdade de Letras do Porto meros reprodutores do ideário republicano que o corpo docente maioritariamente encarnava, afirmou, sem rodeios que nesta instituição «...sendo os professores republicanos os alunos serem na sua quase totalidade de política oposta».⁴ E se eram de política oposta à republicana, então, eram monárquicos, sendo por isso muito poucos aqueles que contestavam a orientação nacionalista e regeneradora que tinha incutido à

¹ Idem, "A política do *Pôrto Académico*", in *Pôrto Académico*, 15-03-1927, p. 1.

² *Ibidem*, pp. 1-2.

³ Idem, "O pensamento académico", p. 3.

⁴ *Ibidem*.

publicação. Esta posição próxima do ideal monárquico com o seu cunho regenerador iria se mantida ao longo dos tempos por Agostinho, que a suspendeu em pequena parte nos primeiros anos da década de 1930 quando se deixou embalar pelo racionalismo crítico da *Seara Nova*.

Foi, em 1935, nas páginas da publicação seareira que Agostinho voltou, com convicção e mais clareza, a pronunciar-se em defesa da democracia de direito divino: «Foi talvez pior do que se julga suprimir abruptamente as monarquias de direito divino e não ajustar a tal molde as democracias nascentes.»⁵ Para o tempo e para a orientação política e ideológica do órgão de comunicação em que o texto foi impresso, as palavras que inseriu logo a seguir, não poderiam passar despercebidas por elogiar o poder do rei: «Há no rei que defende os seus direitos ligando-os a um movimento espiritual, não se dando êle mesmo como fonte do poder, uma figura a admirar e porventura a imitar em nossos dias.»⁶ Para justificar a sua escolha, Agostinho apontava como defeito à sociedade democrática «...o erro de se inclinar algum tempo para Maquiavel, de ter apenas pluralizado os príncipes e ter constituído a cada um dos cidadãos um aspirante a opressor dos que ao mesmo tempo declarava seus iguais [...] é, quási sempre, um arremedo de democracia sem verdadeira liberdade e sem verdadeira igualdade, exactamente porque se tomou como base do sistema uma relação do homem com o homem e não uma relação do homem com o espírito de Deus».⁷ Esta segunda relação, como acabamos de ver, estava, para o nosso autor, próxima do ideal monárquico que vinha defendendo.

⁵ Idem, "Considerações: Democracia e poder", in *Seara Nova*, n.º 437, Maio de 1935, p. 67.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*, p. 68.

III. Os textos de cariz mais reflexivo que compõem as suas obras de maturidade escritas nos anos de 1960, *As aproximações* e *Só ajustamentos*, preocupam-se, essencialmente, em estabelecer uma boa organização do Estado sob o modelo do Portugal medieval ao tempo de D. Dinis, destacando o advento do Espírito Santo como base de uma organização social e política teocrática, de ordem divina, cujo poder efectivo, naturalmente, repousaria num mediador com as características de um rei. Agostinho da Silva em *Educação de Portugal*, obra escrita em 1970 que só conheceu publicação dezanove anos depois, em 1989, retomou o ideário nacionalista e regenerador, voltando a assumir a defesa de um nacionalismo espiritualista de feição monárquica e, em consequência, dizia-nos: «Em consciência, não posso votar num partido. A lista é de um partido. Portanto, eu não devo votar, quando não sou de nenhum partido [...] mesmo em relação aos independentes, quando os há, a questão é meramente ilusora, porque eles acabam por se constituir num grupo de alinhados que, na prática, reage como qualquer partido.»¹

Agostinho parecia estar convencido de que o exercício republicano da democracia através do voto directo era um processo que levaria à desagregação do país, uma vez que o governo eleito por esta via, fosse ele qual fosse, fazia assentar o seu plano de acção nas propostas de um partido, excluindo todas as outras com as quais não concordava mas que também tinham sido sufragadas por uma parte dos votantes: «...poder escolher um partido para ingressar ou numa altura em que se tem que eleger um cidadão qualquer pôr lá um voto, quando talvez desse o mesmo resultado o processo que muitas vezes usavam os gregos de tirar à sorte!»² No entender

¹Idem, *A última conversa - Agostinho da Silva*, p. 41.

²Idem, *O império acabou. E agora?* (entrevista a Antónia de Sousa), Lisboa, Ed. Notícias, 2000, p. 210.

de Agostinho não era a eleição ou a nomeação que poderiam aferir sobre se os governantes escolhidos eram, de facto, os melhores e por isso achava redutor que se limitasse o conceito da vivência democrática, a um uso de mera política circunstancial ou interesse particular. Tanto mais que sempre considerou que «...em política não há adversários: há colaboradores com outra opinião».³ Para Agostinho, a solução para uma boa governação política, estava, então, na instauração de um tipo de governo tutelado por um rei, pois considerava que só uma organização política desta ordem poderia garantir que «...a verdadeira política é a da composição: ver o que é aproveitável no outro e o que parece ser aproveitável em nós e tentarmos então que essas duas coisas vão para a frente juntas...»⁴ Por assim pensar, em 1991, ante a experiência governativa do republicanismo democrático que se tinha instalado em Portugal após a revolução de Abril de 1974, Agostinho pronunciava-se em defesa de um multipartidarismo e de um presidencialismo colectivo que pudesse conduzir o nosso país ao governo de um só rei como foi D. Dinis.⁵

Em entrevista a António de Sousa, quando questionado sobre qual o melhor regime para Portugal, Agostinho continuava a mostrar-se convicto de que na escolha dos governantes tanto se erra pelo cromossoma como pelo voto e pese embora não se quisesse comprometer na defesa da monarquia, iludiu a questão, para, com subtileza, defender o ideal monárquico: «Monárquico, eu posso dizer a palavra de duas maneiras. Monárquico é a bandeira da monarquia azul e branca, a coroa na cabeça do

³ Idem, "Bárbaros à porta", in *As aproximações*, Lisboa, Guimarães, 1960, p. 85.

⁴ Idem, *A última conversa - Agostinho da Silva*, p. 42.

⁵ Cf. idem, "Uma folhinha de quando em quando - Março 91", in *O Setubalense*, 20-03-1991, p. 4.

rei, etc. Mas se eu disser mono árquico, então a ideia que pode entrar na cabeça das pessoas já é outra. É o regime em que um manda, mas há várias maneiras de mandar. Então a monarquia portuguesa na Idade Média, ao que me parece, era mono árquica, mas quem mandava propriamente não estava mandando, estava coordenando a vontade dos outros.»¹

Os argumentos que acabei de expor baseados no pensamento de Agostinho da Silva parecem-me ser suficientes para sustentar a tese de que ele sempre foi um defensor da monarquia, aliás, com a grande vantagem de ver na república e no sistema multipartidário uma boa forma de acção política capaz de garantir a transição para a restauração de uma monarquia mais apurada que servisse os desejos e as expectativas de todos os portugueses. Como se pode constatar, é nesta linha de especulação teórica que se insere o conteúdo das cartas que agora são publicadas.

Artur Manso
Professor Universitário

¹Idem, *O império acabou. E agora?*, p. 180.

